



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025.

(Do Sr. Cobalchini)

**Institui o Cadastro Nacional Integrado de Alunos da Educação Básica – “Rede Escola Brasil” – e dispõe sobre sua finalidade, operacionalização e proteção dos dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Cadastro Nacional Integrado de Alunos da Educação Básica, denominado “Rede Escola Brasil”, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de integrar, sistematizar e unificar, em âmbito nacional, dados educacionais relativos à educação básica, abrangendo as redes públicas municipal, estadual, distrital e federal.

**Art. 2º** O Cadastro terá caráter obrigatório para todas as instituições públicas de ensino básico do país e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações individualizadas de cada aluno:

- I** – Identificação civil;
- II** – Situação de matrícula;
- III** – Frequência escolar bimestral;
- IV** – Modalidade de ensino (regular ou educação integral);
- V** – Histórico de aprovação, reprovação e evasão;
- VI** – Lista de espera por vaga escolar, quando houver;
- VII** – Indicação de alunos que não retornaram às aulas após ausência prolongada;





**VIII** – Desempenho escolar, com destaque para facilidades e dificuldades no processo de aprendizagem;

**IX** – Observações pedagógicas e avaliações cognitivas fornecidas por profissionais da educação;

**X** – Intervenções realizadas por conselhos tutelares, Ministério Público e outras entidades correlatas;

**XI** – Participação em programas de reforço ou recuperação escolar.

**Art. 3º** O Cadastro “Rede Escola Brasil” será alimentado e atualizado em tempo real pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, com acesso compartilhado ao Ministério da Educação, Conselhos Tutelares, Varas da Infância e Juventude, e ao Ministério Público, respeitadas as competências legais e os princípios da proteção de dados.

**Art. 4º** Constituem finalidades do Cadastro:

**I** – Garantir o direito à educação e combater a evasão escolar;

**II** – Identificar, acompanhar e apoiar crianças e adolescentes fora da escola;

**III** – Planejar e alocar adequadamente recursos educacionais, pedagógicos e de assistência social;

**IV** – Promover políticas públicas de acesso, permanência e sucesso escolar;

**V** – Viabilizar o monitoramento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034;

**VI** – Promover articulação entre os entes federativos e instituições de proteção à infância e juventude.





**Art. 5º** O Cadastro respeitará integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo os dados pessoais tratados com observância aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização.

**§1º** Os dados sensíveis só poderão ser tratados mediante consentimento do responsável legal ou por obrigação legal específica, nos termos do art. 11 da LGPD.

**§2º** O acesso aos dados será restrito aos profissionais autorizados, mediante sistemas autenticados e auditáveis.

**§3º** Os dados serão anonimizados quando utilizados para fins estatísticos e de formulação de políticas públicas.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo as diretrizes técnicas e operacionais para a implementação e interoperabilidade do sistema “Rede Escola Brasil”.

**Art. 7º** Fica o Ministério da Educação autorizado a firmar convênios com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como com o Ministério Público, Conselhos Tutelares e o Poder Judiciário, para garantir a efetividade desta Lei.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Deputado Cobalchini  
MDB-SC**





Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Cobalchini – MDB/SC

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo criar o Cadastro Nacional Integrado de Alunos da Educação Básica – Rede Escola Brasil –, uma plataforma estruturada de dados sobre a realidade escolar dos alunos brasileiros, garantindo informações precisas e em tempo real para gestores, educadores, órgãos de proteção à infância e juventude e demais interessados na melhoria da educação pública.

A ausência de um sistema nacional unificado compromete o diagnóstico e a formulação de políticas públicas efetivas. O projeto se inspira em boas práticas já em vigor, como o sistema APOIA, criado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), que articula o poder público e a sociedade civil para promover o retorno de alunos evadidos à escola.

Atualmente, com o debate sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034, é imperioso estabelecer instrumentos que garantam o direito à educação de crianças e adolescentes de 3 a 18 anos incompletos, combatendo a evasão e reforçando a aprendizagem.

A centralização e sistematização das informações educacionais — tal como ocorre no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) no âmbito da segurança pública — trará maior eficácia na atuação dos entes públicos, especialmente no enfrentamento à evasão escolar, uma das principais causas de exclusão social e violação de direitos.

Por fim, a proposta respeita rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo que os dados dos alunos sejam tratados com segurança e responsabilidade, com finalidades específicas e clara limitação de acesso.

Diante da relevância social e educacional da matéria, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em                      de maio de 2025.

**Deputado Cobalchini**  
**MDB-SC**

**Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 358 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF**  
**Telefone: (61) 3215-5358 | [dep.cobalchini@camara.leg.br](mailto:dep.cobalchini@camara.leg.br)**

